

A Constituinte

A decepção do líder: foi o último a saber.

Pouco mais de duas semanas depois de ter sido designado líder da maioria na Câmara, o deputado Carlos Sant'Anna amargou a sua primeira decepção no novo cargo. Até antontem à tarde, por volta das 16 horas, ele continuava acreditando que o governo ainda não havia decretado a moratória e que uma solução de entendimento estava sendo negociada com os credores. Afinal, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, lhe prometera que nenhuma medida econômica importante seria adotada antes do seu comparecimento perante a bancada do PMDB, previsto para o dia 25.

Cercado pelos jornalistas com indagações sobre a situação do PMDB diante do fato consumado, o líder governista reagiu afirmando não "ser porta-voz do governo para questões econômicas e sim para questões políticas". Depois, emendou-se. Disse não sentir-se desprestigiado pelo fato de não ter sido informado a tempo sobre detalhes da operação, pois considera que o ministro Funaro estava certo ao decidir rapidamente, sem ouvir o partido, em função da gravidade da situação.

Antontem, Carlos Sant'Anna reuniu-se por mais de cinco horas com o ministro da Fazenda, em companhia de outros peemedebistas, e deixou o ministério convencido de que nenhuma providência havia sido formalizada.

A entrevista com o deputado baiano foi levada ao ar no noticiário das 20 horas, em meio a várias reportagens sobre a decisão do governo brasileiro de decretar a moratória e sua repercussão no meio financeiro dos Estados Unidos. Mas o líder da maioria não se deu por vencido e explicou ontem aos repórteres que "tudo foi feito às pressas, porque as negociações se esgotaram e o ministro da Fazenda foi obrigado a adotar a medida".

O líder governista deu a explicação pouco depois de reunir-se com todos os líderes partidários no Congresso, às 15h30 de ontem, quando participou da comunicação da decisão do governo, ao lado do senador Fernando Henrique Cardoso.

Na realidade, somente pela manhã quando foi ao Palácio do Planalto em companhia do líder peemedebista no Senado, Fernando Henrique Cardoso, Sant'Anna ouviu do presidente Sarney que a decisão seria anunciada logo mais à noite.

Baseado nas palavras do presidente e na promessa do ministro Funaro de nada decidir sem ouvir a bancada peemedebista, Carlos Sant'Anna insistiu que o que vale, nesses casos, não é o noticiário da imprensa, ou o comunicado que porventura o embaixador brasileiro tenha levado sobre o assunto ao presidente Ronald Reagan, há dois dias, mas sim o anúncio oficial do presidente José Sarney, o que somente aconteceu ontem à noite, quando o País inteiro já tinha conhecimento da decisão.

O líder da maioria na Câmara justificou ontem a reunião dos líderes governistas com as lideranças dos demais partidos como necessária para evitar que fossem surpreendidas pelo anúncio da decretação da moratória, feito à noite, pelo presidente José Sarney. O deputado Carlos Sant'Anna explicou ter combinado a reunião com o próprio presidente da República. (Leia também nas páginas 7, 8, 9 e 10.)

ALIANÇA

Com tantas brigas, quem vai salvá-la?

Em discurso pronunciado ontem na Constituinte, o deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP) criticou as lideranças da Aliança Democrática pela "lavagem de roupa suja" em público, o que, segundo ele, "até dispensa os adversários Lula da Silva (PT-SP), à esquerda, e Amaral Neto (PDS-RJ), à direita, de fustigar o governo".

Queixou-se o parlamentar de que esses líderes falam muitas vezes em nome dos colegas "sem autorização" e, por isso, preconizou que a Aliança Democrática escolha um líder para a Constituinte, o qual tenha trânsito em todas as bancadas. "Não é possível vermos pelos jornais essa guerra interna, que não serve nem ao presidente Sarney nem ao Ministério. Estamos assistindo a uma promoção pessoal, aos apetites pessoais de alguns que ficam assanhados com as luzes da televisão".

Se a Aliança Democrática acabar, o presidente Sarney terá sérios problemas de sustentação política, pois ela tem sido a garantia da transição para a consolidação da democracia, segundo o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que nos últimos dias se tem dedicado a tarefa de evitar mais atritos entre o PMDB e o PFL, mantendo conversas reservadas com as lideranças dos dois partidos.

Enquanto Cardoso Alves não esconde a preocupação com o fim da Aliança, o secretário de Negócios Jurídicos de São Paulo, Cláudio Lembo, não tem dúvidas de que ela já acabou desde a instalação da Constituinte. "O PFL agora deve buscar sua identidade e estimular posição crítica, pois os obje-



Os líderes Luiz Henrique, Sant'Anna, Fernando Henrique e Chiarelli: choques.

tivos comuns da transição democrática já foram alcançados", disse Lembo. "A Aliança chegou ao ponto de exaustão e não precisa formalizar sua extinção".

O líder do PFL, deputado José Lourenço, pensa como Cardoso Alves e, apesar de ter sido visto, há dias em discussões com o deputado João Hermann Neto e ter feito duras críticas aos ministros do PMDB em discurso na Câmara, insiste na manutenção da Aliança Democrática. "Acontece que estamos atravessando uma fase de crise e devemos manter a cabeça fria. É o que temos feito", acentua o parlamentar, cujo comportamento para manter a Aliança Democrática foi elogiado por Cardoso Alves.

O próprio presidente do PFL, deputado Maurício Campos, entretanto, admite que a convivência entre os dois partidos está ficando difícil, e a tendência é piorar. "A Aliança ainda não acabou, mas as perspectivas não são otimistas", diz ele. Campos observa ainda que o PMDB quer assumir o comando da política econômica do governo e o PFL discorda dessa política, mantendo sua posição de crítica intransigente.

O acirramento das divergências entre PMDB e PFL pode afetar a estabilidade

política do governo Sarney, segundo experientes políticos. Para alguns deles, há muito terminou a Aliança Democrática pelo que o governo apenas dispõe de apoio condicional e limitado tanto do PMDB como do PFL.

"O que houve foi um casamento morganático. Não se fala em desquite nem em divórcio porque não houve, de fato, casamento para todos os fins. E ligação amorosa, às escondidas, que termina no desamor", segundo diagnóstico do presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho.

Para o novato Mendes Thomé (PFL-SP), "divórcio houve há algum tempo. O que falta é comunicar à opinião pública".

"O PFL usa a fidelidade ao governo para pressionar o PMDB a votar com ele. Se o PMDB não vota, o PFL se valoriza por sua fidelidade ao Palácio do Planalto", diz José Genóino (PT-SP).

Ninguém, porém, se anima a prever que o PFL, partido nascido para apoiar o governo e habituado às vitaminas oficiais, ingresse na oposição. Há quem ache que ele vai tentar imitar o PMDB — isto é, assumir postura crítica ante o governo sem abandonar os cargos federais que ocupa.

Sarney garante ao PFL: o Ministério não muda já.

O presidente Sarney assegurou a dirigentes do PFL que não está cogitando de reformar o Ministério a curto prazo e, muito menos substituir ministros pefelistas. A declaração do chefe do governo foi feita respondendo aos líderes do PFL que lhe comunicaram a disposição de não perder espaço no primeiro escalão.

O PFL reafirmou que se um dos seus cinco ministros forem afastados da equipe de governo "todos entregarão os cargos". Os ministros pefelistas são Aureliano Chaves (Minas e Energia), Jorge Bornhausen (Educação), Marco Maciel (Casa Civil), Abreu Sodré (Relações Exteriores), Antônio Carlos Magalhães (Comunicações).

Os dirigentes do PFL comentaram as insistentes notícias de que o ministro da Educação — ao lado dos ministros José Hugo Castelo Branco e Roberto Santos, do PMDB — estaria entre os mais prováveis a serem substituídos. O presidente da República esclareceu que não pretende afastar ninguém do PFL ou fazer trocas de pastas, mantendo as atuais pastas do segundo partido da Aliança Democrática.

Líderes do PFL confirmaram, ainda, informações de dirigentes do PMDB de que, a curto prazo, Sarney não vai cuidar da reforma do seu Ministério.

A exigência dos municípios: dinheiro urgente.

Uma reforma tributária de emergência e o fim das retenções ilegais de recursos das prefeituras pela União. Esses são os dois pontos básicos do documento que será entregue ao presidente Sarney durante a realização do encontro que a Frente Municipalista Nacional promoverá nos dias 24 e 25 de março em Brasília.

Esse documento foi aprovado ontem durante a reunião da Comissão Executiva da Frente Municipalista Nacional realizada em São Paulo, no encerramento do 30º Congresso Estadual de Municípios que contou com a presença do governador eleito, Orestes Quércia. Os termos do trabalho não foram divulgados, mas sabe-se que a principal novidade é o pedido da distribuição de 20% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento para a aplicação pelas prefeituras em obras compatíveis com a finalidade desse programa. Os municipalistas irão se bater também para que a União deixe de usar expedientes que acabam desviando dinheiro que deveria ser repassado aos municípios.

Um outro documento está sendo elaborado pela Frente Municipalista Nacional e conterá as principais reivindicações dos municípios para a Assembléia Nacional Constituinte. Esforço está sendo realizado também no sentido da aprovação de uma comissão específica para tratar desses assuntos, dentro da própria Constituinte.

O Congresso, reunido no Palácio de Convenções do Anhembi, prefeitos e vereadores para a discussão do tema "Os municípios e os constituintes". Ao contrário dos encontros anteriores, este contou com pequena participação dos municipalistas, embora o número de inscrições tivesse sido grande.

CURTAS

Mesmo admitindo que seu assessoramento seria uma "excelente contribuição" para a redação da nova Carta, o ex-deputado Freitas Nobre decidiu não aceitar o convite para trabalhar como assessor da Mesa da Câmara. Em ofício enviado ontem ao deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), que o convidou, Freitas se justifica: "Ficaria parecendo que o cargo representa um prêmio pela minha não reeleição".

A proposta do ministro do Gabinete Civil, Marco Maciel, de mudar a sigla do PFL para PSL — Partido Socialista Liberal — já conta com o apoio do deputado Alysson Paulinelli, ex-ministro da Agricultura do governo Geisel. "Não terei qualquer constrangimento em me denominar socialista", explicou Paulinelli ontem. "Em matéria fundiária, ainda sou o maior reformador deste País", acrescentou, dando a

entender que o próprio Geisel também apoiaria a idéia.

O presidente da Assembléia mineira, Neif Jabour (PMDB), defendeu ontem a inclusão de um dispositivo no regimento permanente da Constituinte capaz de permitir que o projeto da nova Carta seja emendado também pelas Legislativas estaduais. Jabour já enviou essa proposta ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e aos líderes do PMDB.

Um pedido de intervenção federal no governo do Ceará deu entrada ontem na Procuradoria Geral da República. No documento, 27 juizes da capital justificam: falta de pagamento de seus salários.

O governador gaúcho Jair Soares, em seus últimos meses de administração, vem concedendo

vantagens a milhares de servidores públicos — vantagens que só serão pagas no próximo governo. A denúncia é de técnicos da área financeira que estão trabalhando na elaboração do plano de governo de Pedro Simon. Eles descobriram que desde dezembro Soares já beneficiou cerca de 16 mil servidores, o que representa um gasto adicional de C\$ 170 milhões por mês na folha de pagamentos.

"Não basta promover a democracia política. É preciso promover também a democracia social, que virá a diminuir as brutais diferenças existentes no Brasil." O alerta é do deputado Caio Pompeu de Toledo (PMDB-SP), que sugeriu ontem uma imediata decisão política: por força de lei, os municípios, Estados e a União passem a destinar 15% a 20% de seu orçamento para as áreas de alimentação, educação e saúde.

A CNBB quer explicar aos constituintes os pontos que vai defender na elaboração da nova Carta. Para isso, convidou todos os parlamentares para uma reunião na próxima terça-feira, em Brasília. "Trata-se de buscar caminhos e apresentar princípios", diz a carta-convite assinada pelo padre Virgílio Ulihôa, que garante, no entanto, que a CNBB "não pretende montar um lobby para acompanhar os trabalhos no Congresso".

A Constituinte na História do Brasil é o tema da exposição que a Secretaria de Descentralização e Participação vai inaugurar na próxima terça-feira — data em que se comemora o aniversário da Constituição de 1891. A mostra tem 20 painéis e 40 reproduções de documentos, incluindo fotos e recortes de jornais, além de textos de legislação.



O SEU REDATOR-CHEFE É O GLOBO NO AR.

Há 42 anos, surgiam dois programas jornalísticos que se destinavam a um lugar de destaque no panorama dos noticiários brasileiros.

Um jornalismo sério, com dois padrões distintos e personalíssimos de apresentação. A absoluta fidelidade ao fato, cobrindo notícias nacionais,

internacionais e locais; falando de política, economia e esportes.

O tempo passou, e as características essenciais de ambos os programas permaneceram intactas, gerando credibilidade e aumentando o prestígio.

Hoje, transmitidos em rede para as emissoras do Sistema

Globo e afiliadas, O Seu Redator-Chefe e O Globo no Ar se transformaram em exemplares marcantes do jornal falado, intimamente ligados à história da Rádio Globo. Eles preenchem toda a necessidade de informação do público ouvinte, e sua audiência é tão expressiva que merece até virar notícia.

RÁDIO GLOBO

Sempre ao seu lado

O SEU REDATOR-CHEFE: Diariamente, à meia-noite. O GLOBO NO AR: Diariamente, de hora em hora.

ASSEMBLEIA

Venceu Máximo. Veja por quê.

E deu Luiz Máximo. O deputado estadual do PMDB, entrando em seu terceiro mandato com 48 mil votos, foi escolhido na madrugada de ontem para ocupar, a partir do próximo dia 15 de março, o cobiçado cargo de presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo. Com 28 votos, numa bancada de 37 deputados, Luiz Máximo derrotou o concorrente Néfi Tales, deputado reeleito para seu quarto mandato com 55 mil votos, ex-presidente da Assembléia e apoiado pelo atual titular deste cargo, deputado Luís Carlos Santos.

Com esta vitória — "que é da bancada, não minha", disse ontem Máximo —, rompem-se várias tradições. Entre elas, a de um presidente de Assembléia fazer seu sucessor — isto só não aconteceu na troca de governo do PDS para o PMDB. Outra novidade: quem decidiu a disputa foi o grupo dos deputados recém-eleitos que, em bloco, votou em Máximo. A segura margem de votos também aponta para um crescimento do prestígio deste parlamentar na Assembléia — na disputa pelo mesmo cargo em 1984, Máximo recebeu 20 votos, sendo derrotado por um voto por Luís Carlos Santos — e o declínio do chamado grupo dos conservadores, ou fisiológicos, do PMDB.

Antes de conseguir, na última madrugada, os 14 votos dos novos deputados, Máximo já tinha garantido os setes votos de seu grupo, o antigo autêntico, e outros seis dos progressistas, levados a Máximo pelo deputado Vanderlei Macris, outro concorrente. Assim, mesmo que Néfi Tales, segundo declarou também na madrugada de ontem, vá ao plenário da Assembléia para disputar, entre os votos de todos os partidos, sua indicação para o cargo, não deve ter muito sucesso. O PT e o PDT preferem um candidato mais "à esquerda", e o PTB e o PFL talvez já tenham confirmado seus compromissos com o go-

verno Quércia e não devem contrariar a votação majoritária do PMDB. O próprio Quércia, que ontem à tarde declarou não acreditar na anunciada decisão de Néfi Tales, não permitirá a "desunião" do partido, e pode chamar o parlamentar derrotado para uma conversa conciliatória. Ontem, na Assembléia, onde Néfi Tales não foi encontrado, comentava-se que nem Luís Carlos Santos, que o apoiou, vai sustentar "a aventura de ir a plenário para ser derrotado, mas uma vez, e em público", disse um deputado.

Articulações

Os últimos 14 votos que deram a vitória a Luiz Máximo foram decididos em longas negociações que incluíram visitas aos *cardiais* do PMDB e sob influência e pressões contrárias que vieram de várias partes do Estado e mesmo de parlamentares de Brasília. O grupo dos novos, que no início desta semana tendia a dar seu apoio dividido entre os dois candidatos — cerca de seis votos a Máximo e o restante, tirados os "brancos", a Néfi Tales — acabou votando em bloco no primeiro com duas ressalvas: Jurandyr da Paixão, filho do ex-prefeito de Limeira, e Luís Lauro Ferreira, ex-vereador em Campinas, anexaram à assinatura de apoio a Máximo que sua opção "inicial" era pelo nome de Néfi Tales. Em três reuniões, com os dois candidatos e com o líder do governo, Roberto Purini, os indecisos foram se alinhando ao lado dos votos de Máximo. Na última, o "voto em bloco" que era a aposta de Néfi Tales para conseguir a vitória, acabou favorecendo seu adversário.

"Não foi uma decisão grupal, mas individual, e pelo consenso", disse Getúlio Hanashiro, ex-vereador, ex-secretário dos Transportes de Mário Covas e secretário de Quércia, explicando a união de um grupo que todos admitem bastante heterogêneo.

Os motivos que levaram os novos a apoiar Máximo "não foram os cargos, até porque Máximo ofereceu menos que Néfi (uma 1ª secretaria da Mesa da Assembléia, contra este cargo e mais uma 1ª vice, oferecidos por Néfi Tales)", disse Erci Ayala, radialista, agora deputada e coordenadora da reunião decisiva. "Mas uma certa concentração em torno da necessidade de dar ao Legislativo uma imagem mais forte, independente do Executivo. Contaram também os valores de natureza moral que o grupo identificou em Máximo, como a seriedade, a moralidade, a competência", segundo Hanashiro.

O documento dos novos, que foi entregue ao líder do governo, Roberto Purini, às 2 horas da última madrugada e que na próxima terça deve chegar ao governador eleito Orestes Quércia, foi assinado em ordem alfabética "para que não pudessem ser localizados como apoios de última hora" os deputados que assinarem depois da 18ª assinatura (ou da "marca da vitória"). Além dos citados, assinaram Adilson Monteiro Alves, (da democracia corintiana), Antônio Adolpho Lobbe, ex-vice-prefeito de São Carlos, Antônio Carlos Tonca Falsetti (Osasco), Arnaldo Jardim (ligado ao secretário Chopin Tavares de Lima, do Interior), Eni Galante (mulher do prefeito de São Bernardo), Guiomar Namó de Mello, ex-secretária da Educação do município na gestão Covas, Jorge Tadeu Mudalem, de Guarulhos, Luís Francisco da Silva (Sorocaba), Sebastião Bognar, (Osasco) e Vitor Sapienza (com votação concentrada na Capital). Os veteranos que apoiaram Máximo: Aloysio Nunes, Rubens Lara, Edinho Araújo, Fernando Leça, João Bastos Soares, Laerte Pinto, Mauro Bragato, Milton Baldochi, Nelson Nicolau, Vanderlei Macris, Waldyr Trigo, Walter Mendes. A 28ª assinatura é a do líder do governo, Roberto Purini. **Virgínia Murano**

COLCHÕES EPEDA

TRADIÇÃO E QUALIDADE